

## Ação latino-americana pelo cumprimento da Plataforma de Cairo

neste 28 de maio, Dia Internacional de ação pela Saúde da Mulher.

Com o lema "Pela saúde integral e pelos direitos das mulheres – Cairo +10, nem um passo atrás, a *Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe* (RSMLAC) convocou grupos de mulheres a pressionarem, em seus contextos, para que os governos se comprometam com os acordos firmados na Conferência sobre População e Desenvolvimento (CIPD, Cairo, 1994).

No boletim do 28 de maio (divulgado pela Rede Feminista de Saúde), a RSMLAC ressalta que - a partir da ênfase sobre a cidadania das mulheres - a conferência do Cairo significou uma nova visão sobre a saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, abrindo para o reconhecimento dos direitos sexuais. Confirmam a íntegra do chamado 2004 da *Red* na seção CONtextos.

**Fórum de Políticas Públicas** - No Brasil, de 25 a 27 de maio, aconteceu o Seminário Internacional Políticas Públicas para as Mulheres na Área da Saúde: Experiências da América Latina e Caribe. Promovido pelo Ministério da Saúde o seminário foi realizado em Brasília e finalizado com uma solenidade alusiva ao dia internacional de luta pela saúde da mulher.

Como resultado dos debates foi organizado um Fórum de Políticas Públicas para a Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe, integrado por ministérios e secretarias da mulher e/ou da saúde, em diálogo com organizações da sociedade civil que já atuam na área da saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

A AMB esteve representada por sua secretária adjunta, Carla Batista. Em julho, estarão no site do Ministério ([www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)) os documentos do seminário.

**Direito à saúde em condições de igualdade** - Em referência ao 28 de maio, a Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos lançou documento em que defende: "as decisões do Estado devem estar de acordo com o respeito aos direitos humanos e descartar qualquer dogmatismo ou fundamentalismo que impeça as pessoas de exercerem seu direito à saúde em condições de igualdade". A íntegra do documento está entre os arquivos da seção CONtextos.

**Articulando lésbicas** - Fundada em maio, em Curitiba, durante o seminário de advocacy do Projeto Somos/Região Sul, a Articulação Brasileira de Lésbicas. Segundo Yone Lindgren, neste seminário estavam praticamente todas as lideranças do movimento lésbico e homossexual.

A ABL tem entre seus objetivos contribuir para a formação de novas lideranças no movimento de mulheres lésbicas. Além disso, também pretende contribuir para a união do movimento homossexual brasileiro, respeitando e trabalhando as especificidades e a integralidade do ser humano. No contexto atual de ameaças fundamentalistas, a ABL será uma organização que se juntará à luta feminista por um Estado laico, a fim de que opções religiosas não interfiram nas políticas públicas e nas decisões governamentais. Para mais informações, contatar com Yone Lindgren: [yvindgren2004@globocom.com](mailto:yvindgren2004@globocom.com).

### **Beijing + 10 -**

#### **Feministas traçam novas estratégias**

Dias 7 e 8 de junho acontece, no México, o *Fórum Latino-americano e Caribenho de Mulheres – Novos Tempos e Novos Desafios*, que reunirá articulações, redes e campanhas nacionais da região, com o objetivo de fazer um balanço do cumprimento do Programa de Ação Regional para as Mulheres latino-americanas e caribenhas (1995) e da Plataforma de Ação Mundial de Beijing.

Com o Fórum, as organizações do movimento de mulheres e feministas pretendem identificar os principais obstáculos ao cumprimento dos acordos internacionais firmados em Beijing, além de temas pendentes e desafios futuros. Apesar de reconhecer avanços pós-Beijing, a visão do movimento é que o contexto atual coloca novos desafios, que exigem o planejamento de novas estratégias, para além dos espaços de conferências mundiais.

Entre as participantes dos quatro painéis a serem realizados, Nilza Iraci, da Articulação de ONGs de Mulheres Negras, que falará sobre "Desafios à diversidade na luta contra a exclusão". Lilián Cellberti (Articulação Feminista Marcosur) estará no painel sobre "O papel da ONU no contexto atual e seu impacto para a agenda das mulheres", cujo resumo das idéias-força será feito por Guacira César de Oliveira (CFEMEA/AMB) e Alejandra Escampini (DAWN/REPEM). Carla Batista, da Secretaria da AMB, está na organização do Fórum.

### **1000 Mulheres e o Nobel**

Prorrogado para até 30 de junho o prazo para as indicações de mulheres para o Nobel da Paz. Para mais informações, contatar Clara Charf: [claramilmulheres@rnaves.com.br](mailto:claramilmulheres@rnaves.com.br) ou pelo telefax: (11) 3337-3109.

## Processo da I Conferência de Políticas para as Mulheres

Após idas e vindas, finalmente o governo do Estado de **Santa Catarina** se comprometeu com a realização da conferência estadual (17 e 18 de junho). De acordo com Zilda Quadros, a mobilização do movimento de mulheres será agora no sentido de conseguir transporte para todas as delegadas que vêm dos municípios do interior, pois o governo informou que não assumirá esta despesa.

**Em São Paulo**, por razões diversas, a conferência foi realizada em apenas um dia (29), com a participação de mil mulheres, configurando-se como uma das mais maiores já realizadas, neste processo. Entre as questões polêmicas, foi aprovada a proposta de diretriz referente à legalização do aborto, numa plenária com 1/3 de votos contrários. Em se tratando de mil mulheres, este percentual foi significativo durante o debate e a defesa da diretriz, que contou com falas (bastante elogiadas) de Eleonora Menicucci e Nalu Faria.

No **Amapá**, também foi polêmica a votação pela diretriz de legalização do aborto e de várias outras ligadas à saúde da mulher.

Outra conferência estadual que também aprovou a diretriz pela legalização do aborto foi a do **Rio Grande do Norte**, dias 25 e 26 maio.

A conferência estadual de **Goiás**, realizada dia 29 de maio, significou uma segunda etapa da conferência já realizada (novembro/2003), validando todo o processo com a adequação do número de delegadas, de acordo com o regimento da I CNPM. Esta foi a opção do movimento e do governo estadual, que haviam definido e trabalhado na montagem deste evento estadual bem antes do anúncio desta CNPM. Entre os resultados da conferência, várias propostas de diretrizes para o combate da mortalidade materna e da violência. No final, uma vitória feminista: na plenária final foi denunciada a inconstitucionalidade da lei municipal aprovada no município de Anápolis (GO), que proíbe o uso do contraceptivo DIU na rede pública. A Câmara Municipal considerou o contraceptivo como método abortivo. O DIU é um dos contraceptivos aprovados pela Organização Mundial de Saúde.

Em **Pernambuco**, entre as propostas aprovadas na conferência estadual está a criação de uma lei federal para legalização do aborto e de outra que incentive a criação de conselhos da mulher nos estados e municípios. As pernambucanas propuseram a criação de linha de crédito específica para mulheres urbanas e rurais, criação de vara exclusiva para crimes de violência contra mulheres, cotas de 50% para mulheres na formulação de políticas agrárias (distribuição de terras) e ainda punição de instituições e empresas que atribuam salários menores para mulheres em funções exercidas também por homens.

No **Paraná**, a conferência estadual aconteceu de 21 a 23 de maio. Foram escolhidas 80 delegadas, sendo 48 da sociedade civil. Entre as propostas que serão sistematizadas e remetidas à conferência nacional (Brasília, 15-17 julho), estão: incentivo à formação de professoras/es e à produção de material didático voltado para a igualdade de gênero e debate da questão de raça/etnia, no ensino fundamental e médio. Entre as propostas para enfrentamento da pobreza e geração de renda, as paranaenses incluíram a criação de programas que facilitem o acesso à terra e aos meios de produção em igualdade de condições entre mulheres e homens.

Realizada dia 22 de maio, a conferência estadual do **Rio Grande do Sul** incluiu entre as diretrizes aprovadas no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos: a descriminalização do aborto e o atendimento integral - em todos os serviços públicos de saúde - aos casos de aborto previstos em lei ou por complicações. De acordo com informe de Samantha Buglione (divulgado em lista moderada pelo Instituto Patrícia Galvão), o relatório final da conferência defendeu a formulação de uma lei sobre saúde reprodutiva e vedou qualquer tipo de discriminação contra lésbicas, homossexuais e transexuais. Um destaque desta conferência é que foram retiradas todas as propostas que ameaçavam os princípios do Estado laico e incluída a necessidade de implantação de política específica para o tratamento de anemia falciforme.

**CONtextos** – Anexamos a íntegra dos documentos difundidos pela Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos e pela *Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe*, por ocasião do 28 de Maio, Dia Internacional de ação pela Saúde da Mulher.